REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS

NÚMERO 35

A construção de novos saberes no âmbito da Lei Maria da Penha: uma análise crítica do discurso jurídico na dialética de Norman Fairclough

*The construction of new knowledges in the framework of the Maria da
Penha Act: a critical analysis of legal discourse in the dialectical
logic of Norman Fairclough*

UFRGS

Artenira da Silva e Silva Sauaia
Universidade Federal do Maranhão

Regina Lúcia Gonçalves Tavares
Universidade Ceuma

A construção de novos saberes no âmbito da Lei Maria da Penha: uma análise crítica do discurso jurídico na dialética de Norman Fairclough

The construction of new knowledges in the framework of the Maria da Penha Act: a critical analysis of legal discourse in the dialectical logic of Norman Fairclough

Artenira da Silva e Silva Sauaia*

Regina Lúcia Gonçalves Tavares**

REFERÊNCIA

SAUAIA, Artenira da Silva e Silva; TAVARES, Regina Lúcia Gonçalves. A construção de novos saberes no âmbito da Lei Maria da Penha: uma análise crítica do discurso jurídico na dialética de Norma Fairclough. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 35, p. 116-136, dez. 2016.

RESUMO

Este trabalho se propõe a realizar uma análise crítica do discurso, textualmente orientada, segundo a proposta teórica e metodológica de Norman Fairclough. Busca-se aqui analisar, a partir de uma decisão judicial proferida pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de São Luís, Maranhão, a prática discursiva adotada pelo Poder Judiciário, investigando-se sua capacidade de construir novas medidas no que tange ao tratamento do fenômeno da violência contra a mulher e ao manejo da Lei Maria da Penha, orientando-a para a reconstrução da afetividade via responsabilização.

ABSTRACT

This paper aims to present a critical discourse analysis, textually oriented, according to the theoretical and methodological approach of Norman Fairclough. The purpose here is to analyze, based on a judicial decision rendered by the Specialized Court for Domestic and Familiar Violence Against Woman, from São Luís, Maranhão, the discursive practice adopted by the Judicial Power, investigating its capacity to construct new measures regarding the treatment of the phenomenon of violence against women and the handling of the Maria da Penha Act, directing it towards affective reconstruction through accountability.

PALAVRAS-CHAVE

Lei Maria da Penha. Análise Crítica do Discurso. Práticas discursivas. Reconstrução da afetividade.

KEYWORDS

Maria da Penha Act. Critical Discourse Analysis. Discursive practices. Affective Reconstruction.

SUMÁRIO

Introdução. 1. A natureza constitutiva dos discursos: entre Michel Foucault e Norman Fairclough. 1.1 O enfoque crítico de Fairclough. 1.2 A análise do discurso jurídico textualmente orientada por Norman Fairclough. 2. Violência psicológica e a reconstrução da afetividade no âmbito da lei Maria da Penha: análise discursiva de uma decisão judicial. 2.1 A decisão judicial selecionada como um corpus de análise. Considerações finais. Referências.

* Professora da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pós-doutora em Psicologia e Educação (Universidade do Porto, Portugal, 2014). Doutora em Saúde Coletiva (Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2005). Mestre em Saúde e Ambiente (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2000). Graduada em Psicologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 1990).

** Professora da Universidade Ceuma - UNICEUMA. Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Possui duas especializações em Direito Processual Civil pela Universidade Ceuma - UNICEUMA, 2004; Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002. Graduada em Direito pela Universidade Ceuma - UNICEUMA, 1999.

INTRODUÇÃO

Com o propósito de analisar o fenômeno da violência psicológica contra meninas, praticada no ambiente familiar, tem o presente artigo a intenção de realizar uma análise de discurso de uma decisão judicial proferida pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, Maranhão.

Trata-se de uma decisão que, para a sua construção discursiva, se situou num ponto de interseção entre a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente para, acolhendo uma correlação entre ambos os sistemas normativos, dar primazia ao maior interesse da criança, nisto considerando a importância do vínculo afetivo com o pai para o seu desenvolvimento psíquico.

Em seu teor, a referida decisão, mais tarde confirmada em sentença de MPU da infante, ressignificou os aspectos punitivos restritivos da lei, para determinar que os sujeitos envolvidos em uma situação de violência doméstica do tipo violência psicológica, pai e filha, se submetessem a tratamento psicológico familiar pelo prazo de um ano, para tanto levando em conta, sobremaneira, a vontade da criança de reconstruir uma boa convivência com o pai (COMARCA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, 2016).

Para efeito de atender aos propósitos deste trabalho, qual seja o de analisar a prática discursiva adotada pelo Poder Judiciário, investiga-se de que forma esta pode ser capaz de construir novos saberes no que tange ao tratamento do fenômeno da violência contra a mulher.

Parte-se do pressuposto de que a Lei Maria da Penha possui vocação para tornar-se veículo de transformação social, o que será demonstrado com o manejo do instrumental metodológico da análise do discurso.

Neste ponto, torna-se oportuno cogitar, nos limites deste trabalho, e no que tange à construção dos discursos no âmbito do Judiciário, em sede da

Lei Maria da Penha, a ideia da *vontade da verdade* em Foucault, como realidade construída socialmente, a serviço do poder.

A partir das múltiplas constatações das relações de poder existentes na sociedade e de sua não dissociação de uma produção e acumulação de discurso, Foucault estabelece uma dupla exigência entre o exercício do poder e a economia dos discursos de verdade, assim institucionalizando a busca da verdade (FOUCAULT, 2001, p. 281).

Neste mecanismo de poder, vistos a partir de seus efeitos, o autor considera que as regras jurídicas foram construídas para dar-lhe sustentação, ou mesmo para moldar seu alcance, num mecanismo de legitimidade que tanto serviu para respaldar o poder ilimitado do monarca, como para adequá-lo a outras necessidades e limites, com vistas a sua conservação: ou seja, a equação entre soberania e obediência, pelas múltiplas formas de dominação, a ser solucionada pelo direito, não só como regra, mas também por meio de suas instituições (FOUCAULT, 2001, p. 282).

Pierre Bourdieu refere-se ao poder simbólico, como o poder de construir o dado pela enunciação, este capaz de adequar ou conformar visões de mundo a partir de um jogo onde interesses se materializam por força de símbolos, que tem a mesma função, ou poder, da força física ou econômica, mas, para o autor, são vistos como resultado de uma construção relacional (BOURDIEU, 1998, p. 14).

É na crença da legitimidade das palavras e do que elas simbolizam, que Bourdieu compreende o poder de manter ou de subverter a ordem imposta (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Desta feita, considerando os indícios de imposição de critérios para o enfrentamento do fenômeno da violência contra a mulher, a partir de bases normativistas, seja sob a ótica de seus efeitos, dentro da visão foucaultiana, seja dentro de uma perspectiva relacional, em Bourdieu,

identifica-se a importância da análise dos discursos produzidos neste campo, sobretudo por parte do Poder Judiciário, assim compreendendo-os como parte de um processo de representação, por meio do qual se permite a construção de saberes e de práticas de enfrentamento:

Não há dúvidas de que a Lei Maria da Penha está provocando deslocamentos discursivos que afirmam cada vez mais os direitos das mulheres relacionados a uma vida livre de violência, rompendo com a ordem de gênero do direito penal. No entanto, as resistências à aplicação da Lei, embora cada vez mais reduzidas, buscam frear esse novo posicionamento. As tensões entre o conservadorismo legal (doutrinário e jurisprudencial) e as propostas feministas devem ser resolvidas na superação do primeiro e na inscrição de um novo lugar para as mulheres, a partir do segundo. (CAMPOS, 2014)

Assim, a decisão será analisada a partir de sua capacidade de ingressar na ordem dos discursos, na medida em que esta é capaz de nela inserir elementos de inovação para a construção de novos saberes, pelo que, para esta tarefa, importa revisitar os conceitos básicos foucaultianos, nos quais o autor apresenta sua percepção acerca dos mecanismos de restrição à produção do discurso.

Entretanto, os conceitos de Foucault, inseridos num ambiente de abstração acerca dos procedimentos de dominação do discurso, não chegam a fornecer um método pelo qual o pesquisador possa se orientar para abordar o discurso através de sua produção, organização e consumo. Ademais, concebe o sujeito, autor do discurso, numa posição da passividade ante as formações discursivas¹ que o constroem.

Deste modo, tendo como objetivo compreender em que medida a prática discursiva do Poder Judiciário é capaz de interferir nas

práticas sociais acerca do enfrentamento do fenômeno da violência de gênero, a presente análise encontra em Norman Fairclough e seu modelo tridimensional de análise crítica do discurso, uma opção não só metodológica, mas também teórica para a compreensão da acumulação de saberes² a partir de uma prática discursiva.

Para tanto, considerando os limites do presente artigo, a análise ora proposta se debruçará sobre dois trechos da decisão ora em destaque, na medida em que os mesmos não revelam as pessoas envolvidas no fenômeno trabalhado, bem como são suficientes para o que se busca aqui discutir.

1 A NATUREZA CONSTITUTIVA DOS DISCURSOS: ENTRE MICHEL FOUCAULT E NORMAN FAIRCLOUGH

Com o objetivo de entender o papel das instituições sociais e de que maneira são moldados os saberes, através de mecanismos dentre os quais se acham inseridas a produção dos discursos e as formas de poder que os permeiam, Foucault analisa a produção das práticas discursivas e seus poderes, para tanto percorrendo os diversos procedimentos que se prestam a controlá-los, assim explicando que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta” (FOUCAULT, 2014, p. 10) e se busca dominar, numa expressão de relação de poder que se estabelece por seu manejo.

Foucault parte do desejo de um discurso livre, materializado pelo desenrolar de um acaso - que o permita encontrar-se do outro lado do

¹ “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção,

que se trata de uma formação discursiva.” (FOUCAULT, 2014b, p. 47).

² Precaução metodológica que, em Foucault (2014b) compreende que a base do poder não forma ideologias, mas instrumentos de técnicas e acumulação do saber, como aparelhos que não são construções ideológicas, como se verá adiante.

discurso -, assim revelando uma aspiração de não solenidade e categorizações, cujo desejo, afirma, é tolhido e orientado pela *instituição*, que o convida a entrar na *ordem do discurso*, produzido solenemente na ordem das leis, adequado a um ritual que o honra, muito embora o desarme (FOUCAULT, 2014, p. 6-7).

Assim Michel Foucault enfrenta a questão da transitoriedade do discurso, seus poderes e seus perigos, a partir da compreensão de que a sociedade o produz e o controla, mediante a organização e seleção de procedimentos, com vistas a dominar seu acontecimento.

Neste propósito, o autor observa a construção dos discursos através de mecanismos, ou procedimentos, internos e externos, para seu controle e que, ao seu turno, para os fins da análise a ser empreendida neste trabalho, revelam-se úteis a partir do ponto em que podem ser tratados como categorias apropriadas para a apreciação da produção discursiva do Poder Judiciário, assim visto como instituição que constrange sua ordenação.

O primeiro mecanismo de controle de discurso apontado por Foucault é o da *interdição*. A interdição é vista por Foucault como um procedimento externo de controle do discurso, por meio do qual o autor trata da *palavra proibida* analisando-a através do *tabu do objeto* (pelo qual, dentro da ordem do discurso, não se pode falar sobre qualquer coisa); do *ritual da circunstância* (dentro daquela ordem, o que é dito não pode sê-lo em qualquer circunstância) e do *direito privilegiado* (como um mecanismo de controle de que qualquer pessoa não pode falar sobre qualquer coisa), de maneira que, assim, resta a produção dos discursos orientada por mecanismos excludentes de limitação - sobre o quê, quando, como e quem pode falar - postos pelo autor como o que ele chama de *grade complexa* de restrições que assume diversas configurações (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Quando se pensa estes mecanismos de controle do discurso, a partir da adoção de uma linguagem padronizada, adotada pelo Poder Judiciário, e na maneira como este traduz a pauta legal, a partir daqueles mecanismos de controle de seu discurso, é possível compreender a utilidade da análise de seus mecanismos decisórios, fazendo-se uso destes signos linguísticos.

De fato, são signos de linguagem que ultrapassam a produção da palavra dita ou escrita, e se revelam no próprio espaço de ação em que o Poder Judiciário se acha contextualizado, dentro de um sistema social. Traduzem signos de poder que legitimam sua titularidade para o exercício destas categorias de interdição.

Boaventura de Sousa Santos reconhece a presença desta estrutura simbólica e a capacidade que ela possui de modelar a decodificação do direito, quase sempre à serviço deste processo de exclusão, assim ilustrando:

Ficam totalmente desalentados sempre que entram no sistema judicial, sempre que contatam com as autoridades, que os esmagam pela sua linguagem esotérica, pela sua presença arrogante, pela sua maneira cerimonial de vestir, pelos seus edifícios esmagadores, pelas suas labirínticas secretarias etc. Esses cidadãos intimidados e impotentes são detentores de uma procura invisibilizada. Para reconhecer a sua presença, precisamos daquilo que noutros trabalhos tenho designado por uma sociologia das ausências. (SANTOS, 2011, p. 38)

Segue-se que, naquela percepção foucaultiana de controle dos discursos, é possível distinguir, no ambiente judicial, mecanismos que estruturam determinados privilégios de fala, sob um sistema de signos capazes de revelar relações de identidade, ideologias e valores e que, portanto, evidenciam relações de poder subjacentes aos pronunciamentos judiciais.

Neste aspecto, interessa ao presente estudo analisar este mecanismo de rarefação da fala, quando este elucida importantes questões acerca da evidência dada ao Judiciário (ou mesmo da falta dela) à relevância da coleta do depoimento

de crianças inseridas em situação de violência intrafamiliar, e em que medida sua fala deve ser levada em conta para formar o convencimento do Juiz, nisto tudo, observando o primado de sua proteção integral, efetivamente percebendo-a como sujeito de direitos.

Ainda no procedimento de *rejeição*, Foucault fala da relação entre a razão e a loucura, como mecanismo de controle do discurso por meio do qual exclui-se a palavra do louco, tomando-a por inexistente (FOUCAULT, 2014, p. 10).

O procedimento de controle do discurso levado a efeito pela rejeição, trata-se de um mecanismo de separação, ou proscrição do que foge ao autêntico, numa espécie de cesura entre a razão e a loucura, e que pode ser tomada, igualmente, como categoria de rarefação para os objetivos deste trabalho.

Por exemplo, levando-se em consideração o agressor doméstico, tem-se que o conjunto de signos que permeiam sua ação, enquanto agressor, e a padronização de sua periculosidade, fortemente condicionada pelo discurso judicial, podem ser considerados como mecanismos de rejeição, a impedirem com que sejam visualizadas as complexidades envolvidas nas ações tanto de quem pratica, quanto de quem sofre a violência doméstica, em todos os seus níveis, influenciando fortemente as políticas públicas relacionadas ao seu enfrentamento.

Em contrapartida, Lilia Guimarães Pougy, propõe um exercício de aplicação da “oposição dialética”, pela qual busca a autora envolver os sujeitos submersos em uma situação de violência doméstica, a partir de um movimento pelo qual “homens e mulheres poderiam ser transformados após a punição dos atos criminosos”, para tanto, opinando ser a intervenção interdisciplinar fundamental, pela qual “as diferentes disciplinas e profissões distintas poderiam reunir subsídios à construção de metodologias inovadoras”, reconhecidas pelos

sistemas de segurança e justiça e demais personagens que atuam no campo de enfrentamento das violências fundadas em relação de poder baseada no gênero (POUGY, 2010).

E por fim, ainda tratando dos mecanismos externos de controle do discurso, delineados por Michel Foucault, tem-se na *vontade da verdade* uma oposição estabelecida entre o que é verdadeiro e o que é falso e que condiciona nossa vontade de saber. A vontade de verdade, por conseguinte, apoia-se nas estruturas institucionais para realizar a construção de um discurso verdadeiro que “assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura” (FOUCAULT, 2014, p. 20).

Como forma de controle dos discursos, a vontade da verdade está associada a mecanismos de poder que legitimam sua produção, ou seja, é a verdade uma construção discursiva própria das instituições que atuam coercitivamente nas práticas sociais e nos processos de construção de sentidos.

É esta verdade que, delimitando a produção dos discursos, funciona como um sistema de exclusão de sentidos que, por exemplo, no caso da Lei Maria da Penha, é fundamental para os entraves constatados na compreensão das relações de gênero e no enfrentamento das situações de violência ali identificadas.

Foucault também identifica procedimentos internos de controle da produção do discurso, no sentido em que o discurso exerce domínio sobre si próprio, classificando-se, ordenando-se e distribuindo-se (FOUCAULT, 2014, p. 20).

O comentário, como um mecanismo interno de controle do discurso, revela o que o autor chama de desnivelamento presente entre os discursos, classificando-os a partir de um sentido de permanência ou impermanência acerca de algo que é dito:

Trata-se de uma observação acerca da permanência de certos discursos em perspectiva histórica, bem

como da impermanência de algumas de suas referências ou formas. Isso significa que o deslocamento que constitui o comentário não é estável, tampouco absoluto. “Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar” (1996, Ibid. p. 23). Assim, o comentário é o princípio interno que permite a classificação e a categorização dos discursos, dada sua repetição em distintas materialidades históricas. (CALDAS COSTA; CONCEIÇÃO FONSECA-SILVA, 2014, p. 52)

Como categoria de controle interno do discurso, o comentário revela um desnivelamento entre dois textos a permitir, indefinidamente, a construção de discursos (FOUCAULT, 2014, p. 24), onde o primeiro se sobrepõe reticentemente ao segundo, abrindo possibilidades de reatualização e de multiplicidade do que pode ser dito, a partir do que já se disse, numa fala futura que repete a fala passada, em nova versão travestida de inovação: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25).

Da mesma forma, a análise do discurso jurídico que trata do fenômeno da violência doméstica, dentro do contexto da Lei Maria da Penha, ao se desenvolver a partir de uma abordagem interpretativa fundada em uma razão de reatualização de seus cânones, reposicionados sob novos acontecimentos, sinaliza que a noção foucaultiana de comentário, como categoria de controle interno do discurso, traduz a capacidade que o discurso jurídico, neste contexto, pode ter de não evoluir e tampouco ser emancipatório.

Ainda no campo da produção dos discursos, outro princípio de rarefação é o da autoria, este interpretado não a partir do sujeito falante, mas de sua função, ou seja, de sua articulação ou de seu agrupamento, significação e coerência (FOUCAULT, 2014, p. 25).

Assim, desarticulado o discurso das intenções de seu autor, este pode assumir outras modelagens, como as que se estatuem no âmbito da interpretação dos textos legais e as discussões em torno da vontade do legislador.

A estratégia da autoria, como mecanismo de controle ou ordenação da produção do discurso, torna-se visível no âmbito da Lei Maria da Penha, quando sua interpretação, a partir de uma lógica jurídica formal, hegemônica, adequada apenas aos paradigmas tradicionais do processo penal, é capaz de produzir uma atividade discursiva completamente dissociada dos movimentos feministas que atuaram para que aquela legislação protetiva fosse uma realidade no Brasil.

As reflexões apresentadas parecem levar a um prognóstico pessimista quanto à instrumentalidade e eficácia das estratégias jurídico-políticas promovidas para o combate à violência de gênero. Estaríamos desembocando na evidência de um «fetichismo legal» inadequado para enfrentamento desse problema social? Teriam sido ineficazes ou de reduzido impacto essas mobilizações feministas que se debruçaram na luta por mudanças no direito, enquanto instrumento de poder capaz de reproduzir os discursos androcêntricos e sexistas que banalizam a violência que afeta as mulheres? Diremos que não. Até mesmo porque a resposta para os casos de violência doméstica não se esgota no direito, e outras áreas têm sido mobilizadas para tratamento desse tipo de conflito. (SCIAMMARELLA; FRAGALE FILHO, 2015)

Ainda um último mecanismo de controle interno do discurso, Foucault diz ser a disciplina um artifício pelo qual sua distribuição se dá a partir de verdades protegidas de uma “exterioridade selvagem”, ordenadas por uma “polícia discursiva”. Utiliza-se, para efeito desta categoria, a disciplina como um “princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa limites pelo jugo de uma identidade que tem a forma de reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2014, p. 34).

Assim, levando-se em conta a função restritiva e coercitiva dos conceitos protegidos pelo mecanismo de distribuição do discurso por meio da disciplina, tal categoria revela-se útil para socorrer a percepção de que, na compreensão da gravidade da violência praticada no âmbito das relações doméstica e familiar, o enfrentamento deste problema social requer, ao contrário do que

se revela no desenvolvimento de uma disciplina, o reconhecimento e a apreensão de conceitos transdisciplinares, que tornem possível apreender a vulnerabilidade específica da vítima daquela espécie de violência, bem como a caracterização do ciclo em que este tipo de violência é deflagrada.

1.1 O enfoque crítico de Fairclough

Aprofundando a noção da natureza constitutiva dos discursos e sua importância na construção dos sentidos para a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, busca-se, a partir da seleção de procedimentos para o controle dos discursos, delineada por Foucault, aprofundar esta discussão através de Norman Fairclough e sua Análise Crítica do Discurso.

Norman Fairclough, professor da Universidade de Lancaster, tornou-se um autor de destaque na vertente crítica da análise do discurso, doravante chamada de ACD (Análise Crítica do Discurso), pela qual se compreende a linguagem como parte, ou momento integrante de um processo social (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 307).

Neste sentido, é a ACD tomada mais como uma teoria, do que singelamente como um método, uma vez que parte de uma ciência social crítica a partir da qual se reconhece ou se projetam problemas dentro de um contexto social, a gerarem controvérsias das quais são originados os debates que demandam uma relação dialógica com outras disciplinas (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 308).

Isto não significa dizer que a constatação da transdisciplinariedade da ACD a despoje completamente de ser também uma vertente metodológica da análise de discurso. Pelo contrário, a ACD também traz em seu bojo um

aparato técnico de análise do discurso, de modo a orientar textualmente esta tarefa.

No que tange aos aspectos teóricos da ACD, Fairclough enxerga a linguagem a partir de uma função mais ampla, qual seja a de ajudar a compreender o processo social, ganhando assim, nesta concepção, a semiose³ um papel estruturante no que tange às formas de construção de sentidos.

Fairclough compreende a vida social como uma rede de práticas integradas (econômicas, políticas e culturais) que, interconectadas, materializam uma relação de sentidos. Muito embora sejam práticas que guardem suas respectivas diferenças, não se separam. Todavia, na visão do autor, se internalizam entre si, num movimento que lhes gera sentidos (semiose) e, por isto carecem de uma análise dialética entre os sentidos e os elementos que lhe integram. Assim, a “ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

Situando a ACD como uma disciplina atenta às práticas sociais da contemporaneidade e à relação dialética que as mesmas estabelecem com a construção de sentidos, busca-se aqui destacar o importante papel que tem a semiose e, consequentemente, a sua análise, por exemplo, no microssistema de práticas jurídicas inauguradas pela Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, e as importantes discussões acerca do alcance e da eficiência daquela norma, no que tange ao enfrentamento das questões relacionadas à violência doméstica.

De fato, a Lei Maria da Penha resultou do reconhecimento formal de ser a violência contra mulher um problema social, a exigir enfrentamento mais drástico por parte de nosso legislador que, ao seu turno, deveria lançar sobre

³ A semiose inclui todas as formas de construção de sentidos - imagens, linguagem corporal e a própria língua (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308).

o aludido fenômeno um olhar de maior gravidade. Com efeito, trata-se de espécie de violência que, para seu enfrentamento, demanda uma compreensão de suas nuances que muito a distinguem daquelas outras praticadas fora de um contexto de relação de afetividade.

Para Fairclough a semiose é reconhecida nas práticas sociais, dando sentido às atividades que lhe são inerentes; nas representações que os atores sociais internalizam dentro dessas práticas; e na construção das identidades desses atores. Neste sentido, as práticas sociais, uma vez inter-relacionadas, conformam uma ordem social, que dotada de significados (semiose), constituem a ordem do discurso, ou seja, a maneira com que os “diversos gêneros e discursos se inter-relacionam entre si” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309-310).

Assim, a ordem social, quando faz uso da linguagem, constrói discursos que, num mecanismo dialético, revolve-se para igualmente construí-la, pelo que imbricando uma reciprocidade que se estrutura no âmbito das relações de poder.

Aqui, Fairclough desenvolve sua teoria acerca da ADC, a partir da concepção foucaultiana da natureza constitutiva dos discursos, neste sentido compreendendo que sua produção ingressa na *ordem do discurso*, quando este é determinado por uma ordem social que o controla, e sobre ele exerce restrições, ainda configurando-o num sentido de permanência e impermanência do dito, a partir da inter-relação entre textos, que o autor chama de interdiscursividade (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 311).

Embora ressaltando a importância dos mecanismos de controle do discurso delineados por Foucault, a moldar sujeitos e objetos sociais, Fairclough redimensiona aquela compreensão ao propor uma análise do discurso textualmente orientada (ADTO):

Como eu indiquei anteriormente, um contraste essencial entre Foucault e a ADTO é que a análise de discurso de Foucault não inclui a análise discursiva e linguística dos textos reais. Porém, a inclusão de tal análise pode ser um meio de superação de certas

fraquezas que os comentadores têm encontrado nos trabalhos de Foucault. Eu não estou sugerindo uma redução da análise de discurso à análise textual ou linguística. A questão é antes se a análise incluiria instâncias concretas de discurso. Quando elas são incluídas na ADTO, elas seriam sujeitas não apenas às formas linguísticas de análise textual, mas a análise em três dimensões: análise do texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual (incluindo a questão de quais tipos e gêneros de discurso são tornados e como eles são articulados) e análise social do evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis (situacional, institucional, societário). (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 82)

Isto considerado, Fairclough avança, a partir da teoria de Foucault, para a questão da análise do discurso textualmente orientada. Primeiro rejeitando a posição exclusivamente passiva do sujeito, produtor do discurso, quando o insere dialeticamente na estrutura da sociedade, o que pode resultar em mudanças dos lugares de poder. Segundo, quando ressalva a necessidade de uma análise de discurso metodologicamente construída:

Muito embora reconheça em Foucault grandes contribuições para a ADC, Fairclough (2001) destaca duas lacunas de que a ADC precisaria se ocupar transdisciplinarmente. Primeiro, a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que vê a ação humana unilateralmente constrangida pela estrutura da sociedade disciplinar, e, segundo, a falta de análise empírica de textos. Para atender aos propósitos da ADC, cujo foco repousa na variabilidade e mudança, bem como na luta social travada no discurso, Fairclough (2001; 2003a) e Chouliarakis e Fairclough (1999) operacionalizam a teoria foucaultiana, bem como várias outras, a fim de aprimorar a concepção de linguagem como parte irredutível da vida social. (RAMALHO, 2008, p. 280)

Assim, Fairclough compreende a análise do discurso, a partir de sua utilidade empírica e seu potencial transformador, valendo-se das categorias delineadas por Foucault para ingressar, ou mesmo conectá-las, a partir de uma perspectiva linguística, à potencialidade de transformação das práticas sociais.

1.2 A análise do discurso jurídico textualmente orientada por Norman Fairclough

Para empreender a análise de uma decisão judicial, a partir da perspectiva teórica e metodológica de Norman Fairclough, faz-se necessário compreender como a linguagem opera a partir deste marco analítico.

Fairclough (1989) estabelece as teorias sociais que sustentam a ACD e, como em outros trabalhos críticos anteriores, analisa uma variedade de exemplos textuais para ilustrar o campo, seus objetivos e métodos de análise. Mais tarde, Fairclough (1992, 1995) e Chouliaraki e Fairclough (1999) explicam e elaboram alguns avanços da ACD, mostrando não somente como o quadro analítico para investigar a linguagem em relação ao poder e à ideologia se desenvolveu, mas também como a ACD é útil para revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais. (WODAK, 2004, p. 230)⁴

Trata-se de uma abordagem pela qual se destaca o papel da linguagem na conformação das ideologias e das relações de poder, portanto uma prática social com força para moldar as estruturas institucionais, numa percepção dialética que abarca tanto as pressões, quanto a resistência às ideologias:

Dessa forma, a LC [linguística crítica] e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso). (WODAK, 2004, p. 225)

Por conseguinte, linguagem, ideologia e poder são categorias estruturantes da ACD: o

poder dando formato às ideologias que ao seu turno constroem discursos. Contudo, a análise crítica do discurso proposta por Norman Fairclough, redesenha esta compreensão monolítica de luta pela diversidade ideológica. Para o autor esta relação não é estática, uma vez que, seja como teoria, seja como método, sua proposta é a de compreender uma dinâmica entre linguagem, ideologia e poder, reconhecendo sua dialeticidade, numa percepção de que a linguagem pode também produzir sentidos de resistência às estruturas ideológicas dominantes, superando-as ou as ressignificando (FAIRCLOUGH, 1995, p. 25).

Assim, considerando o modo como a linguagem opera a partir do marco analítico sugerido por Fairclough, este localiza teoricamente o discurso como uma prática social, sobretudo política e ideológica (este é o cerne da preocupação do autor), apta a estabelecer redes sociais que constituem a ordem do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Desta feita o autor propõe a ACD a partir de uma estrutura tridimensional (o texto em si, a prática discursiva e a prática social) que se inter-relacionam e interagem mutuamente, sem ordem de ascendência entre si, de maneira que a formação do discurso tanto condiciona, quanto é condicionada pela ordem social: “a parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 101).

Tomando-se o pronunciamento judicial como um espaço de enunciação⁵, no qual são

⁴ Este artigo foi originalmente publicado em inglês. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo. London: Sage, 2001.

⁵ Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São

espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Nessa medida, os espaços de enunciação são espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, e assim redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas. O espaço de enunciação é

decodificados fenômenos jurídicos, estes trazem em seu contexto, ou seu acontecimento: um enunciado, que se descreve linguisticamente num texto; uma prática discursiva, que revela processos produtivos e interpretativos; e uma prática social, que revela “o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam, ou desafiam as hegemonias existentes” (FAIRLOUGH, 2001, p. 126).

Para os limites deste trabalho, será analisada uma decisão judicial proferida pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de São Luís, Maranhão, a partir de sua *prática discursiva*, como estrutura de análise do discurso que se situa numa posição intermediária entre o texto e a prática social.

Neste propósito, considerando ser uma decisão judicial uma prática discursiva, porque “envolve processos de produção, distribuição e consumo textual” (FAIRLOUGH, 2001, p. 107), aqui serão utilizadas, para efeito de se empreender uma análise do discurso jurídico, textualmente orientada, as seguintes categorias de análise propostas por Fairclough: *força*, *coerência* e *intertextualidade*.

Trata-se de um recorte que, para atender às balizas deste artigo, analisará uma decisão judicial a partir de sua prática discursiva, como uma das faces da estrutura tridimensional da ACD, para tanto revelando seus processos produtivo e interpretativo a partir das categorias da *força*, da *coerência* e da *intertextualidade*, sugeridas por Fairclough.

Compreende-se a força como uma restrição na ordem do discurso, que se projeta a partir de estruturas sociais interiorizadas para a produção do enunciado (tais como normas e convenções, constituídas pelas práticas sociais passadas), bem como a partir da própria estrutura do texto e da forma como o mesmo se insere no contexto social.

Esta *força* é compreendida em Fairclough como uma antagonização a si própria, uma espécie de contraforça que se opõe àquelas estruturas já interiorizadas e que, por isto, permitem um espaço criativo, seja para aquiescer, seja para discordar do que já foi outrora convencionalizado. (FAIRLOUGH, 2001, p. 109)

A *coerência*, como outra categoria analítica é posicionada, em Fairclough, mais como uma propriedade das interpretações, do que propriamente dos textos: “Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com um sentido.” (FAIRLOUGH, 2001, p. 113).

Propõe aqui o autor uma análise de determinados elementos do texto a partir de sua relevância, capazes de revelar uma articulação lógica de ideologias compatíveis:

A coerência é tratada frequentemente como propriedade dos textos, mas é mais bem considerada como propriedade das interpretações. Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com um sentido, de forma que o texto como um todo ‘faça sentido’, mesmo que haja relativamente poucos marcadores formais dessas relações de sentido - isto é, relativamente pouca coesão explícita. [...] Mas o modo particular em que é gerada uma leitura coerente de um texto depende novamente da natureza dos princípios interpretativos a que se recorre. Princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discurso particulares, e vale à pena investigar tais ligações devido a luz que jogam sobre as importantes funções ideológicas da coerência na interpretação dos sujeitos. (FAIRLOUGH, 2001, p. 113)

Por fim, a *intertextualidade*, neste nível, analisando o texto a partir de sua vocação para agregar “fragmentos de outros textos”, pelo que, nesta perspectiva, ressalta-se a importância de sua historicidade e de como estas frações de ideias obedecem a um encadeamento, cuja estrutura tanto pode ser identificada a partir de delimitações explícitas, quanto podem se mesclar numa

um espaço político, no sentido em que venho considerando o que seja o político (GUIMARÃES, 2015, p. 51).

estrutura homogênea. Para Fairclough “o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRLOUGH, 2001, p. 114).

Para a compreensão da *intertextualidade* como categoria da ACD, toma-se o texto a partir de sua produção, numa sequência de ideias que dialogam historicamente; a partir de sua distribuição, onde o texto se constrói e se movimenta numa estrutura estável; e a partir de seu consumo, quando a intertextualidade reconhece que a interpretação do texto será invariavelmente afetada pela sua heterogeneidade (FAIRLOUGH, 2001, p. 113).

2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E A RECONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DISCURSIVA DE UMA DECISÃO JUDICIAL

Os artigos 1º, 5º, 8º e 9º, da Lei 11.340/06, chamada Lei Maria da Penha⁶, apontam que a inserção da assistência integral na norma resulta de múltiplas dimensões dadas aos direitos da mulher em situação de violência, como reconhecimento de um direito humano pela

proteção não só à sua integridade física, como também à sua integridade psicológica.

A Lei Maria da Penha, como um estatuto que busca construir uma nova percepção sobre o enfrentamento do fenômeno da violência contra a mulher, vem firmar a ideologia de igualdade de gêneros e, por conseguinte, materializar a força normativa, outrora limitada e programática, do que se acha contido no artigo 226, § 8º da Constituição Federal.⁷

Segundo Wânia Pasinato (PASINATO, 2010), no intuito de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha tem suas ações organizadas em três eixos de intervenção, quais sejam, medidas criminais propriamente ditas para a punição da violência em espécie, executadas pelo procedimento penal persecutivo do delito; medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher, deflagradas pelo conjunto de medidas protetivas voltadas a resguardar sua segurança, bem como a assistência integral à mulher em situação de violência; por fim as medidas de prevenção e educação como forma de conscientização da sociedade acerca da violência e da discriminação baseadas no gênero.

⁶“Art. 1º. Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. [...]”

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]

Art. 8º. A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; [...]

Art. 9º. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.” (BRASIL, 2006)

⁷ “Art. 226 [...]”

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.” (BRASIL, 1988)

Resta que, configurada como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause sofrimento psicológico, e do que dele resulte em termos de: choque, negação, recolhimento, confusão, entorpecimento, medo, depressão, desesperança, baixa autoestima e negação, num “resquício permanente da sujeição psicológica do passado” que em geral acometem vítima e agressor doméstico (MACHADO, 213, p. 96). Torna-se necessário que as decisões judiciais proferidas dentro deste contexto permitam que a Lei Maria da Penha seja tratada a partir de uma prática discursiva que identifique os aspectos semióticos deste problema social, bem como sobre o mesmo se exerça uma abordagem crítica no sentido de superá-lo.

Neste plano, esta constatação requer uma ampliação semântica a considerar que as relações de poder, que permeiam as relações familiares, nas quais se localizam distorções que deflagram o fenômeno da violência doméstica, atinjam também pais e filhas.

Isto significa dizer que a Lei Maria da Penha deve ser vista também como instrumento de ressignificação da simetria relacional familiar, quando esta se acha ameaçada pela prática da violência intergeracional.⁸

2.1 A decisão judicial selecionada como um *corpus* de análise

Seguindo-se ao que proposto, nos limites deste trabalho, sob o ponto de vista da prática discursiva, far-se-á a análise de uma decisão judicial proferida pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de São Luís, Maranhão.

Trata-se de uma decisão que determinou que pai e filha, envolvidos em um contexto de violência doméstica, do tipo violência

psicológica, se submetam a tratamento psicológico familiar pelo prazo de um ano (COMARCA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, 2016).

Aqui opta-se por omitir quaisquer dados que identifiquem os sujeitos do processo, uma vez que se trata de uma demanda que corre em segredo de justiça, de maneira que dela far-se-á recortes de trechos suficientes para a análise ora proposta, como se segue:

Assim, para efeito de análise da *prática discursiva* configurada na decisão em estudo, foram selecionados os seguintes trechos de seu conteúdo decisório (neste sentido, desprezando o relatório do caso lá descrito), que permitam um diálogo com as categorias discursivas que aqui serão trabalhadas a partir da análise de discurso textualmente orientada (ADTO), proposta por Norman Fairclough: *força, coerência e intertextualidade*.

Eis o primeiro trecho:

No âmbito da violência doméstica, a ação cautelar adquiriu características próprias e diferenciadas, pois regulam as medidas protetivas de urgência, referidas em vários dispositivos ao longo da Lei Maria da Penha.

O objetivo da Lei Maria da Penha é coibir e prevenir a violência de gênero no âmbito doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto, na forma do art. 5º da Lei nº 11.340/2006, que rege: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero [...]: I - no âmbito da unidade doméstica [...]; II - no âmbito da família [...]; III - em qualquer relação íntima de afeto [...].

O posicionamento acolhido por esse julgador é a de que as medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha podem ser concedidas, analogicamente a crianças, adolescentes e idosos.

O entendimento exposto decorre da observância do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana, bem como da interpretação a ser dada a redação do art. 313, inc. III, do CPP, o qual após o advento da Lei nº 12.403/2011, prevê expressamente a possibilidade de decretação de prisão preventiva (medida protetiva de urgência contida na Lei Maria da Penha), vejamos: “Art. 313. Nos termos do art.

⁸ Nesta perspectiva, a violência se configura enquanto um processo de dominação e demonstração de poder que

emerge da dinâmica familiar, trazendo repercussão para toda família que a compartilha (GOMES, 2007, p. 3).

312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). I - “*omissis*”. II - “*omissis*”. III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, **criança**, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011)”. Eis o motivo de considerar o feito de competência do Juízo de Direito da Vara de Violência Doméstica. [...]

A requerente é uma criança do sexo feminino, razão pela qual deve ser protegida como tal, sendo pois aplicável os dispositivos do estatuto da Criança e do Adolescente, supletivamente às disposições da Lei Maria da Penha, nos termos do permissivo legal contido no §1º do art. 22 da Lei 11.340/2006.

Assim sendo, DEFIRO em parte a tutela de urgência pleiteada para determinar: a) Que o requerido passe a arcar com o ônus de uma sessão semanal de psicoterapia da criança junto a seu psicólogo, sendo que o pagamento das sessões deverá ser feito pelo requerido diretamente ao profissional, mensalmente, pelo período de 01 (um) ano; b) que o requerido se submeta a tratamento psicológico com o psicólogo familiar, de modo a garantir a efetividade do tratamento da requerente e melhorar o convívio das partes, também pelo prazo de 01 (um) ano, devendo apresentar ao final, relatório de evolução fornecido pelo psicólogo.

Estabeleço multa por descumprimento de quaisquer das medidas ora determinadas a ser suportado pelo requerido em favor da requerente L.S.S., no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo de posterior majoração, caso se mostre recalcitrante o requerido, no cumprimento do que foi aqui estabelecido, o que faço com respaldo no art. 139, inciso IV do CPC e de caracterização de crime de desobediência, na forma do art. 330, do CP. (COMARCA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, 2016, grifo nosso)

Fundamental iniciar tal tarefa mediante a localização, no texto, de um problema social a partir de seu aspecto semiótico: neste caso, trata-se da apuração de um caso de violência doméstica, caracterizado pela violência psicológica, o qual se atribui praticado pelo pai em prejuízo da filha, onde se faz necessário identificar os significados utilizados para a construção da decisão a partir da adoção de uma prática discursiva.

Eis que a prática discursiva então adotada deverá enfrentar os elementos do problema que identificam o cometimento de violência

psicológica e a maneira de enquadrá-la dentro da estrutura sistêmica de duas normas, a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que a vítima apontada nos autos é uma menina que, como afirmado no relatório da decisão em análise, sofre “transtornos de tensão do cotidiano” causados por seu pai.

Definido o problema social sobre o qual se vai inserir a referida prática discursiva, a decisão terá a tarefa de abordar seus aspectos semióticos e sua relação com outras redes de práticas discursivas, a fim de que a mesma se estruture numa ordem discursiva, cuja tarefa será a de superar os obstáculos diagnosticados.

Dentro da conjuntura textual recortada, priorizou-se dois dados que destacam de forma eficaz o problema social em análise, a partir de seu aspecto semiótico: 1) a necessidade apriorística de estabelecer a competência da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a se sobrepor sobre a Vara da Infância e da Juventude para efeito de julgamento da demanda (primeira parte do trecho da decisão acima transcrito); 2) a opção decisória de solucionar o problema social da violência doméstica, do tipo violência psicológica, entre pai e filha, a partir de uma ressignificação de seu enfrentamento, mediante a sujeição de ambos a tratamento psicológico familiar pelo prazo de um ano (segunda parte do trecho da decisão acima transcrito).

Assim, recortado o *corpus* da decisão, para sua análise a partir das categorias ora escolhidas, tem-se que, quanto ao elemento *força*, esta será investigada levando-se em conta as ambivalências lá encontradas para, assim, definir, a partir das estruturas interiorizadas no discurso, qual delas encontra preferência no ato de fala selecionado.

Para efeito de definir a primazia da Lei Maria da Penha, como referência normativa para o tratamento da violência psicológica praticada contra criança do sexo feminino, utiliza-se o julgador de um ato de fala que revela um

argumento de força, mediante o uso da expressão “o posicionamento acolhido por esse julgador”, numa “marca gráfica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 110) pela qual se coloca numa posição proativa de acolher uma direção argumentativa para definir sua competência.

Desta forma, assumindo a prevalência da norma especial, com aplicação supletiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, e tomando-se a *força* como categoria de análise, para que se compreenda o que foi realizado com a decisão, vê-se a construção de um discurso que contempla a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher, ampliando a percepção da aplicação da Lei Maria da Penha, de maneira a rejeitar impedimentos cronológicos do gênero feminino, para efeito de sua aplicação, assim conferindo primazia às relações de gênero.

Adentrando no aspecto da *coerência* deste primeiro recorte, na construção de sua prática discursiva acerca do estabelecimento de sua competência para o julgamento do feito, vê-se que o julgador utilizou-se de conexões que lhe possibilitaram uma inferência mediante a utilização de termos que trouxeram ao seu discurso uma progressão de sentidos: “o objetivo da Lei Maria da Penha é coibir e prevenir a violência de gênero no âmbito doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto” > “as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha podem ser concedidas, analogicamente, a crianças, adolescentes e idosos” > “o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como a interpretação a ser dada à redação do art. 313, inc. III, do CPP”.

Desta forma, para a análise da prática discursiva em termos de seu consumo e interpretação, resta configurada a opção do julgador por uma compreensão indistinta do gênero feminino, otimizando o espectro de atuação da Lei Maria da Penha, o que ressalta o efeito ideológico desta postura decisória, e de que

forma este direcionamento intertextualiza outros discursos, como assim resta reconhecido:

A condição de (1) mulher - como pessoa em situação de violência doméstica - é o primeiro aspecto na identificação do juízo e competência na Lei Maria da Penha, desimportando a idade ou a existência de qualquer parentesco entre agressor e mulher agredida. Pode ser uma mulher idosa ou uma adolescente. A competência é firmada em razão da pessoa - da mulher - em situação de violência relativa ao gênero. É a tutela da mulher, “não por razão de sexo, mas em virtude do gênero”. [...] Além da exigência de ser mulher, há de existir um vínculo ou um liame afetivo ou emotivo da mulher com o agente-agressor, um vínculo jurídico de natureza familiar, conjugal ou não, em razão do parentesco ou não (em linha reta ou por afinidade) ou por vontade expressa (adoção), bem como uma relação de proximidade, uma convivência do agressor com a mulher, sob o mesmo teto ou não. (FONSECA, 2013, p. 41)

Passa-se então à análise da prática discursiva recortada na segunda parte do trecho da decisão acima transcrito, qual seja a opção tomada pelo julgador para compreender o problema social identificado pela situação familiar posta, a partir de uma lógica de ressignificação do relacionamento mantido entre pai e filha.

Esta lógica se acha otimizada quando, posteriormente, proferida a sentença em ação de Medida Protetiva de Urgência cuja Requerente é a mesma criança, restou confirmada a determinação da decisão que ora se analisa (COMARCA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, 2016). O juiz sentenciante reivindicou a prevalência da vontade da criança, sobre qualquer outra racionalidade que pudesse ser utilizada para exercer sua interpretação acerca do aludido fenômeno.

Neste sentido, tem-se que, quanto à análise da produção destes recortes, a partir da categoria da força, identifica-se uma construção semiótica pela qual o discurso assumiu uma ação criativa a se opor à lógica meramente criminalizante com a qual, ordinariamente, se enfrenta o problema da violência doméstica, manifestando claramente a

opção do ato de fala pela emancipação das pessoas envolvidas naquele problema social.

Por outro lado, pelos próprios relatos da requerente, é possível notar que, em que pese os litigantes não manterem um relacionamento tranquilo, ela própria revela, em várias ocasiões de seu depoimento, que o pai não tem mais o mesmo comportamento de antes, seja porque ela própria evita situações que possam gerar conflitos, seja porque o próprio requerido não persiste com as condutas antes praticadas, a exemplo do fato de que ele não mais se importa que a requerente mantenha contato telefônico com a mãe durante o seu período de visitas.

De se destacar ainda que questionada, a requerente cita a figura do pai entre as pessoas que mais ama em sua vida e diz categoricamente que sente falta de mais momentos de lazer “bons”, de diálogos, conversas e que deveria aprender a dialogar melhor para que tudo isso fosse mais prazeroso.

Firme nesse propósito, ressalte-se, este juízo deferiu nos autos do Processo nº 200-20.2015.5.10.0001, em trâmite nesta Vara Especializada de Violência Doméstica, medida liminar para que a requerente e requerido se submetessem a sessões conjuntas com psicólogo durante um ano, de modo que a prorrogação das medidas protetivas de urgência de afastamento não só se mostram desnecessárias, como também são incompatíveis com aquela decisão.

Isto posto, e de acordo com o parecer de fls. 167/168 do Ministério Público, confirmo as tutelas de urgência deferidas in initio litis, julgo procedente a presente medida cautelar e extingo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I do CPC. (COMARCA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, 2016)

A perspectiva da criança, evidenciada no terceiro trecho acima transcrito, exerceu, para a construção da decisão judicial, uma espécie de contraforça, a se opor às estruturas já internalizadas pelo discurso jurídico e que, por isto, permitiu uma ação criativa, no que tange ao tratamento da violência intrafamiliar, à luz da Lei Maria da Penha.

O sentido de emancipação da prática discursiva que ora se analisa, resta evidenciado quando decomposto pela categoria analítica da coerência, muito embora desnaturalizadas as agressões do genitor, qualificadas como violência psicológica exercida contra a filha, foi reconhecida a importância do depoimento desta

última, no sentido de restaurar o convívio com o pai, definindo adequadamente uma maneira proativa de proteger sua memória afetiva futura.

Se conduzida inadequadamente, a participação da criança no Sistema de Justiça pode resultar numa experiência traumática, insegurizante e desestruturante, mas a vitimação secundária não é inevitável. Se bem conduzida, essa experiência pode ser vivida de forma positiva e, inclusivamente, ajudar a criança vítima a superar os sentimentos de incapacidade e responsabilidade/culpabilidade tão frequentemente associados às experiências abusivas e a retomar o sentido de re-autoria da sua história desenvolvimental (Ribeiro, 2009; Ribeiro & Manita, 2007). Torna-se, assim, essencial conciliar a avaliação dos factos, o processo de obtenção de informação/prova e as exigências do sistema legal com o bem-estar e a protecção da criança e evitar a vitimação secundária da criança vítima e testemunha (Alberto, 2004; Carmo, 2010; Pace & Precey, 2002; Ribeiro, 2009). (MANITA; MACHADO, 2012, p. 26)

De fato, sob este aspecto, é possível localizar no *corpus* analisado, proposições implícitas com forte caráter ideológico, como, por exemplo, o papel do pai e sua importância na formação da personalidade da criança, e a necessidade de se reconstruir os vínculos afetivos, afetados pela violência doméstica.

Estas modalidades enunciativas estão implícitas no recorte analisado, cujas partes constituintes encontram nestas inferências um sentido que estabelece ligações ideológicas entre aquele discurso implícito e a decisão de submeter pai e filha a tratamento psicológico familiar pelo prazo de um ano, a fim de promover-lhes um resgate efetivo da relação familiar entre ambos.

Sob a ótica analítica da intertextualidade, a prática discursiva analisada vale-se de posicionamentos ideológicos que respaldam sua vocação em primar pela reconstrução da afetividade entre pai e filha, de modo a claramente denotar que a decisão ora analisada foi construída a partir da perspectiva das necessidades da criança e da necessidade de ressignificação das experiências até então vivenciadas com o pai.

Percebe-se, valendo-se da categoria analítica da intertextualidade, a presença de diferentes vozes no texto, que servem para construir a *ratio decidendi* e o dispositivo da sentença:

Neste sentido, vale enfatizar que ao refletir sobre as implicações masculinas no problema da violência de gênero não significa justificar a violência exercida por homens, mas sim o fito de problematizar que as políticas públicas dirigidas a estes contemplem questões sócio-históricas e culturais que fortalecem determinado tipo de subjetividade masculina implicada com a violência e dominação. Defendemos a importância do trabalho integrado tanto para aquele/a que sofre violência, quanto com o/a autor/a de violência, contemplando uma intervenção mais completa e efetiva, menos simplista ou fundamentada no modelo cartesiano de causa e efeito, significativamente presente no discurso jurídico. [...] No que se refere a grupos interventivos com homens autores de violência, ressaltamos a necessidade de estar atento ao exercer práticas que não dicotomizem ou acabem por fortalecer estas separações entre vítima e agressor/criminoso, masculino/feminino. (BEIRAS, 2012, p. 4041)

Desta forma, situada a prática discursiva ora analisada num ponto de interseção entre a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente, esta admite uma correlação entre ambos os sistemas normativos, manejando-os para oferecer uma resposta cuja estrutura discursiva deu-se para além dos aspectos estritamente punitivos da norma.

Ainda que enunciada sob o signo da força coercitiva estatal, quando impõe multa e outras punições acessórias para o caso de seu descumprimento, a decisão é clara em levar em conta a realidade da criança e o que de efetivamente importante os mecanismos normativos da Lei Maria da Penha podem lhe servir para sua saúde e segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valendo-se do suporte teórico e metodológico da Análise Crítica do Discurso

(ACD), buscou-se, a partir das representações encontradas no *corpus* de uma decisão judicial proferida pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de São Luís, Maranhão, analisá-la no sentido de extrair-lhe sua capacidade de modificar paradigmas acerca das construções racionais utilizadas como mecanismos de punição, prevenção e erradicação da violência contra a mulher.

A decisão, analisada à luz da ACD, trata de um caso de violência psicológica intrafamiliar praticada pelo pai contra a filha, menor de idade e, por isto, para efeitos de balizamento legal e tratamento jurídico do caso, a decisão interseccionou a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Utilizando o suporte teórico da ACD, a partir de sua configuração triangular ou tridimensional, composta pela fala, ou seja, o discurso em si, cujo *corpus* aqui se analisou; a prática discursiva, esta relacionada ao contexto, às ideologias e aos elementos presentes no discurso, que não são ditos, mas podem ser nele evidenciados; e a prática social propriamente dita, buscou-se demonstrar de que forma os discursos interferem no contexto social, no sentido de, dialeticamente, construí-lo e ser por ele construído.

Assim, sendo teoria e método, a ACD permite desenvolver criticamente a análise da decisão, que para conformá-la aos limites deste artigo, optou-se por trabalhá-la a partir do vértice da prática discursiva, de lá pinçando-se três categorias que permitiram trabalhar o discurso, a sua produção, sua compreensão e seu consumo, para tanto amparando-se em trechos da decisão.

Verifica-se a importância da análise linguística da referida decisão a partir da ACD, uma vez adotando seu pressuposto teórico de que a linguagem contribui para a transformação social, destacando no *corpus* analisado a capacidade que este revelou de avançar na construção do conceito de gênero (reconhecendo

a violência praticada contra a menina, naturalmente como violência praticada contra a mulher).

Igualmente, tornou-se possível observar a capacidade da decisão analisada criticamente de reconhecer a prática da violência psicológica em todas as suas sutilezas, especialmente quando esta é praticada pelo pai, e este a pratica mimetizando-a com verniz da autoridade parental.

E, por fim, a ACD possibilitou reconhecer a capacidade de alteração de paradigmas verificada na prática discursiva analisada, no que tange ao tratamento do fenômeno de violência

diagnosticado, quando, levando em conta o depoimento da criança, buscou a decisão, a partir de uma condenação *sui generis*, reconstruir os laços de afetividade desta com o pai, impondo-lhe a submissão, juntamente com a filha, a tratamento psicológico, a fim de lhes restaurar a boa convivência.

Assim, através daquele método, tornou-se possível concluir que a decisão analisada, ao estabelecer uma relação dialética entre o discurso jurídico e a prática social, permitiu um câmbio discursivo em relação às questões relacionadas à violência de gênero.

REFERÊNCIAS

BEIRAS, Adriano et al. Políticas e leis sobre violência de gênero: reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 36-45, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3928756>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 2009.

_____. Lei Maria da Penha. *Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006*. Brasília: Senado, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALDAS COSTA, Aline de; CONCEIÇÃO FONSECA-SILVA, Maria da. Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de “A ordem do discurso”, de Michel Foucault. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 161, p. 49-56, 2014. Disponível em <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23889>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha*. Disponível em: <http://www.homolog.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_1_razao-e-sensibilidade.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

COMARCA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO. Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Processo nº 200-26.2015.8.10.001. São Luís, 4 de março de 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *Critical Discourse Analyses: the critical studies of language*. New York: Longman Publishing, 1995.

_____; MELO, Iran Ferreira de. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/47728/51460>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. Algumas anotações sobre competência na Lei Maria Da Penha. *Revista do Ministério Público do RS*, Porto Alegre, n. 73, jan./abr. 2013, p. 35-49. Disponível em: <[2013.http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1383849060.pdf](http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1383849060.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GOMES, Nadielene Pereira et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm*, v. 20, n. 4, p. 504-508, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/apv/v20n4/19>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de Enunciação, Cena Enunciativa, Designação. *Fragmentum*, n. 40, p. 49-68, 2015. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=ESPA%C3%87O+DE+ENUNCIA%C3%87%C3%83O%2C+CENA+ENUNCIATIVA%2C+DESIGNA%C3%87%C3%83O&btnG=&lr=>>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

RAMALHO, VIVIANE C. VIEIRA SEBBA. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, v. 17, n. 2, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Regina/Downloads/3731-14599-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha*. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MANITA, Celina; MACHADO, Carla. A Psicologia Forense em Portugal: novos rumos na consolidação da relação com o sistema de justiça. *Análise Psicológica*, v. 30, n. 1-2, p. 15-32, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0870-82312012000100004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas: onde avançamos? *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, mai./ago. 2010. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484/5603>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

POUGY, Lilia Guimarães. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 76-85, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/09.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, v. 17, n. 2, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Regina/Downloads/3731-14599-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Regina/Downloads/3731-14599-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCIAMMARELLA, Ana Paula de Oliveira; FRAGALE FILHO, Roberto. (Des)constituindo gênero no poder judiciário. *Ex aequo* [online], [S.l.], n. 31, p. 45-60, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602015000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 ago. 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, p. 223-243, 2004. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/viewArticle/297>. Acesso em 15 ago. 2016.

Recebido em: 09/09/2016

Aceito em: 21/11/2016